

*Reinventar a Democracia: 5 ideias para um futuro diferente*, Manuel Arriaga, Lisboa, Manuscrito, Editorial Presença, 2015, ISBN: 978-989-881-800-3



*Reinventar a Democracia* é a versão portuguesa de Rebooting democracy, lançado um ano antes no Reino Unido, quando o autor criou um *site* na Internet com o mesmo nome, para estimular o debate. Mas o livro ganhou popularidade, sobretudo depois do vídeo colocado no YouTube pelo actor e apresentador de TV Russel Brand. A recomendação de Russell Brand e a decisão da Amazon britânica de integrar “Rebooting Democracy” numa selecção de promoções de Natal fez com que o livro atingisse o número um da tabela de vendas da secção “democracia” do popular site de venda de livros.

“Este livro parte de uma premissa muito simples: as nossas democracias não estão a funcionar e precisamos de recuperar o controlo sobre o nosso futuro”, escreve na introdução Manuel Arriaga, professor visitante na New York University-Stern e na Cambridge Judge Business School.

A ideia, apesar de inovadora, traduz uma espécie de regresso aos clássicos. Já na Antiguidade, os cidadãos de Atenas eram recrutados para exercerem os seus deveres políticos. O autor conta como o processo pode ser transposto para os dias de hoje através de um novo conceito a “deliberação cívica”.

O livro parte do pressuposto de que o problema actual das democracias não pode só resolver-se castigando os partidos em épocas eleitorais, escolhendo outros: “Não se trata apenas de um problema de casting. Se a peça é má, substituir os atores não a tornará melhor”, afirma o autor. E acrescenta “Vivemos numa suposta democracia representativa”, esta é a base do diagnóstico a que chegou Arriaga, quando reflectiu sobre os males da sociedade actual. “Os políticos têm maior probabilidade de se identificarem com outras elites da nossa sociedade do que com os cidadãos em geral”.

Foi para combater estas distorções que Arriaga se interessou pelas experiências de “deliberação cívica”, um painel de cidadãos que não são escolhidos, mas sim sorteados aleatoriamente entre os eleitores, à semelhança do que sucede nos julgamentos com jurados. Só que, neste caso, os cidadãos são convocados para tomar determinada decisão política. Trata-se de uma ideia já testada, por exemplo, na Columbia Britânica (Canadá), em 2004, quando 160 eleitores foram recrutados pelo Governo provincial para uma “assembleia de cidadãos”, destinada a fazer a reforma do sistema eleitoral. Outro exemplo foi o

da legislação introduzida em 2010 no estado norte-americano do Oregon.

O autor fala ainda de outras possibilidades de participação dos cidadãos. Por exemplo, a criação do “voto preferencial”. Hoje os eleitores tendem a optar pelo voto útil, escolhendo não o partido com que mais se identificam, mas o que acham com mais possibilidades de derrotar quem absolutamente não querem no poder. Com o “voto preferencial” poderiam votar em mais do que uma força política, indicando a sua ordem de preferência.

O livro leva-nos numa viagem global à procura de soluções. Refere várias experiências de democracia participativa e fala claramente da necessidade de mudança na prática partidária e no sistema partidário. Não são exemplos teóricos que ele refere mas práticas concretas com bons resultados em países tão próximos como Malta, Irlanda, Canada, Austrália e Estados Unidos. O autor acredita ter encontrado a chave do segredo para aumentar participação dos cidadãos no processo político.

Breve e de fácil leitura, este livro convida os leitores a explorar formas concretas e inovadoras de transformar a maneira como fazemos política.

José Eduardo Carvalho